

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial  
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*  
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Corporativo  
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR  
FRANCISCO GROS  
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO  
JORGE HILÁRIO GOUVÊA VIEIRA

LUIS OCTAVIO DA MOTTA VEIGA — *Diretor Presidente*

DACIO MALTA — *Editor*  
MANOEL FRANCISCO BRITO — *Editor Executivo*  
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

NELSON BAPTISTA NETO — *Diretor*  
ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*  
SÉRGIO RÉGO MONTEIRO — *Diretor*

## Centro de Gravidade

A utilização da política como um fim, e não um meio, cresce à medida que fica patente a inexistência de partidos com uma visão moderna das necessidades nacionais. Quando o Congresso Nacional é chamado a tomar decisões importantes para o país, fica evidente a prioridade que os partidos políticos se concedem em relação aos interesses nacionais. Falta vontade política toda vez que o país se candidata a beneficiário de uma decisão da qual os políticos querem tirar o máximo de vantagens exclusivas para eles.

Repetiu-se acintosamente com o plano econômico do governo Itamar Franco a formação de um bloco, com parcelas desgarradas dos maiores partidos, para se contrapor ao interesse público. O fenômeno se manifestou pela primeira vez na Constituinte: o chamado *centrão*. O figurino continua a ser usado, apesar de ter saído de moda no mundo. A cada convocação, parcelas dos partidos se fundem num rolo compressor a serviço de interesses ocultos para em seguida desfazerem a aliança de circunstância.

Todos os grandes partidos têm alas móveis num Congresso de geometria variável. O PMDB, o PFL, o PSDB, o PPR abusam de uma flexibilidade que nada tem a ver com a democracia, para servir aos seus interesses imediatos. Mas, as consequências da derrota infligida ao plano econômico negociado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso não se esgotam no episódio. Os desdobramentos se farão sentir ao longo do ano, na revisão constitucional e no equacionamento da sucessão.

Desde que conheceu o usufruto do poder, no governo Sarney, nunca mais o PMDB vem perdendo o espírito público. No Plano Cruzado, foi con-

vente com o estelionato eleitoral: escondeu a inflação, sob preços artificialmente estáveis, até a eleição da qual saiu com a totalidade dos governadores de estados (menos um) e com a maior bancada na Constituinte. E só cuidou do seu próprio interesse, daí para a frente.

As falsas conquistas sociais da Constituição e a ingovernabilidade do país devem-se ao PMDB, que contribuiu também decisivamente para viabilizar o *centrão* e repeti-lo em outras aparições posteriores. A última ação de emboscada foi essa derrota do plano econômico, de que em breve começarão os sinais de arrependimento geral. O maior partido brasileiro teve o seu líder na Câmara denunciado pela CPI do Orçamento, mas a revisão constitucional é também da sua responsabilidade política. O relator geral, Nelson Jobim (PMDB), está ciente da necessidade de passar o Brasil arcaico a limpo na revisão constitucional. Com a colaboração do senador Pedro Simon, outra figura do PMDB e líder do governo no Senado, Jobim vem advertindo para a escassez de prazo da revisão que uma parte da esquerda — apostando no quanto pior, melhor — quer inviabilizar.

O esforço dos pemedebistas históricos em favor da revisão constitucional está mostrando que o crepúsculo a que estamos assistindo é o dos partidos políticos, em processo de desintegração inexorável se não restabelecerem com a revisão constitucional o centro de gravidade política, sem o qual a democracia passará a girar em crises seguidas.

Desarmado do ajuste fiscal, sem os instrumentos de ação econômica e o reordenamento moderno da Constituição, a própria sucessão presidencial repetirá no seu percurso acidentado tudo que parecia superado historicamente.